

São Paulo, 24 de outubro de 2013.

9ª REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - BALI.

Agricultura

As negociações para reforma do comércio internacional agrícola foram iniciadas em março de 2000 e incorporadas à agenda de desenvolvimento de Doha, em 2001. Em dezembro de 2008, o Comitê de Agricultura do *Trade Negotiations Committee* (TNC) apresentou o *draft* da última versão do documento que visa a embasar o acordo final. Desde então, não houve avanços significativos nas negociações. As discussões para a Conferência Ministerial de Bali se concentram em três temas: (i) Estoques públicos de alimentos; (ii) Competitividade das Exportações e (iii) Administração de Quotas Tarifárias (TRQ):

Estoques públicos de alimentos: No dia 07 de outubro, o Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevêdo, afirmou haver uma convergência para uma solução interina à proposta do G-33 de composição de estoques públicos de alimentos adquiridos de agricultores pobres a preços acima do mercado, para fins de segurança alimentar. Isso com a garantia de que as distorções de mercado sejam mínimas. O discurso de Azevêdo pode ser acessado [aqui](#). Para o G-33, é prioritário desenvolver uma “*peace clause*”, que isente de serem desafiados no sistema de solução de controvérsias da OMC determinados programas de estoques públicos de alimentos, até que se atinja um acordo permanente. Estão em negociação questões de transparência, salvaguardas, cobertura e limites dos programas, e duração da cláusula (*Inside US Trade, 16 de outubro*). A adoção de um mecanismo restritivo foi defendida pelo Representante de Comércio dos EUA, Michael Froman, desde que sejam minimizados desequilíbrios para produtores e consumidores em outros países. (*Inside US Trade, 1º de outubro*).

Competitividade das Exportações: Em maio, o G-20, sob a liderança do Brasil, propôs que os países desenvolvidos diminuíssem à metade os subsídios às exportações até o fim de 2013. A proposta se respalda na decisão da Conferência Ministerial de Hong Kong, de 2005, que estipulava que todos os subsídios seriam eliminados até 2013. Estados Unidos e União Europeia questionam que o prazo somente havia sido acordado desde que no âmbito de um completo acordo da Rodada Doha, e defendem a possibilidade de oferecer subsídios caso os preços das commodities se reduzam. Embora o tema seja bastante sensível, Roberto Azevêdo afirmou que os membros concordam que deve haver algum tipo de acordo em Bali. No entanto, os países desenvolvidos relutam em negociar um compromisso legal para a redução de seus subsídios (*Inside US Trade, 25 de setembro/16 de outubro*).

Administração de Quotas Tarifárias (TRQ): O G-20 alega que os métodos para alocação de quotas tarifárias e diversas práticas administrativas dificultam o acesso de mercados a exportadores, levando a persistentes sub-preenchimentos de quotas. O Grupo propõe disciplinas mais rígidas em termos de transparência na TRQ e um mecanismo automático para incrementar o preenchimento de quotas, após constatados sub-preenchimentos em países desenvolvidos, em um período de três anos. A principal divergência é o proposto tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento, que dispõem de regras mais flexíveis para administração de suas quotas. Os EUA defendem que as novas regras sejam aplicáveis a todos os membros da OMC (*Inside US Trade, 20 de setembro*).

Facilitação do comércio

Os membros da OMC estão discutindo um pacote de reformas chamado de “facilitação de comércio”, que envolveria medidas para tornar os portos mais eficientes, reduzir os custos com a burocracia em procedimentos aduaneiros e aprimorar a tecnologia da informação.

Apoio à facilitação do comércio

União Europeia: Segundo a OMC, a União Europeia doará um total de €600.000 para dois Fundos para a Facilitação do Comércio (o *Trade Facilitation National Needs Assessments Trust Fund* receberá €400.000 e o *Trade Facilitation Window I Trust Fund*, €200.000), e mais €100.000 serão doados em apoio à efetiva participação de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) na 9ª Conferência Ministerial, em Bali.

Organizações Multilaterais: No dia 13 de outubro, representantes de sete organizações multilaterais¹ declararam apoio a um pacote de medidas para a facilitação de comércio. Desde 2008, estas instituições destinaram US\$ 22 bilhões para a melhoria da infraestrutura econômica tendo em vista a facilitação do comércio.

Países de Menor Desenvolvimento Relativo - PMDR: Mais recursos deverão ser destinados a melhorias em PMDR, para a modernização de alfândegas e treinamento de pessoal com o objetivo de reduzir a burocracia (Valor Econômico; 16 de outubro). O diretor geral da OMC, Roberto Azevêdo, afirmou que o apoio do FMI, do Banco Mundial e de suas contrapartes regionais é crucial neste estágio dos preparativos para a Ministerial de Bali. Para acessar a declaração das organizações multilaterais, clique [aqui](#).

Ameaças: Recentemente a Argentina elevou o tom nas discussões ao ameaçar bloquear um possível acordo em Bali sobre facilitação de comércio, caso não haja avanços nas negociações do pacote de agricultura. A principal demanda argentina, segundo o jornal Valor Econômico, é um compromisso com o corte de subsídios a exportação de bens agrícolas. Os países desenvolvidos defendem que o tema subsídios deva ser negociado no âmbito da Rodada Doha, e não num compromisso intermediário como a Ministerial de Bali. A China também deixou clara a intenção de bloquear o pacote de Bali caso a proposta para a administração de quotas tarifárias agrícolas não assegure tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento. Para mais informações, clique [aqui](#).

Negociações para Bali

Complexidade: Roberto Azevêdo reconhece a complexidade técnica de diversos pontos do pacote, tais como cooperação aduaneira e flexibilização de normas para países em desenvolvimento. As negociações em facilitação de comércio se tornaram ainda mais difíceis após os países em desenvolvimento vincularem-nas às negociações em agricultura (*Inside Trade*, 16 de outubro).

Proposta do G33: Acredita-se que um número significativo de entraves seria eliminado caso os membros da OMC chegassem a uma solução para a proposta dos países do G33 em segurança alimentar, liderada pela Índia. (*Inside Trade*, 16 de outubro).

Dúvidas: No comitê de negociações comerciais, Roberto Azevêdo alertou que a incapacidade de seus membros chegarem a um acordo com uma proposta relativamente simples suscita dúvidas a respeito da viabilidade de um acordo mais amplo nos pontos mais controversos do pacote de Bali (*Inside Trade*, 16 de outubro).

¹ São elas: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), Banco Europeu de Investimento (EIB) e Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD).

Comércio e Desenvolvimento

Mecanismo de Monitoramento de Cancun (MMC)

Progressos: Roberto Azevêdo declarou, em reunião informal do Comitê de Comércio e Desenvolvimento (TNC), no dia 23 de Setembro, que progressos foram feitos a respeito das recomendações do Mecanismo de Cancun, que regula, entre outros assuntos, a questão do Tratamento Especial e Diferenciado entre os Membros da Organização (OMC).

Consenso: Azevêdo afirmou que foi atingido um consenso sobre a implementação de três provisões do MMC, que ainda não estão em vigor:

- (i) a existência de revisões periódicas das disposições existentes sobre Tratamento Especial e Diferenciado;
- (ii) a possibilidade de que sejam feitas recomendações ao corpo técnico correspondente da OMC se forem detectadas inconformidades em deliberações feitas pelo Mecanismo de Monitoramento;
- (iii) a possibilidade de as recomendações feitas incluírem o lançamento de negociações sobre Tratamento Especial e Diferenciado em órgão adequado da OMC.

Outras questões: Dentre as questões sobre as quais ainda não foi atingido consenso, destaca-se a interface entre o Mecanismo de Monitoramento de Cancun e os órgãos técnicos da OMC, a quem compete analisar as disposições sobre Tratamento Especial e Diferenciado (OMC).

As 28 Recomendações de Cancun

O Grupo Africano e os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) se posicionaram afirmando que a adoção das 28 recomendações do Mecanismo de Cancun seria mais vantajosa se feita em formato de pacote. Considerando a impossibilidade de alguns países membros em fazê-lo no contexto anterior a Bali, o Grupo Africano e os PMDRs afirmaram preferir que as recomendações fossem incluídas conjuntamente na programação após a Ministerial de Bali, no Quadro Geral do Mandato da Declaração da Ministerial de Doha (parágrafo 44), que reafirma que as disposições sobre Tratamento Especial e Diferenciado são parte integral dos Acordos da OMC, e devem ser revisadas visando a fortalecer e tornar mais precisas as suas disposições (OMC).

Pacote de Bali para Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs)

Sobre a Rodada de Discussões a ser realizada a respeito do tópico, o Diretor Geral da OMC destacou como um desdobramento promissor das negociações a apresentação revisada pelos PMDRs de um documento sobre Regras de Origem Preferenciais, considerada pela maior parte dos países membros “um passo na direção certa”. Nos temas de acesso a mercado livre de quotas e tarifas para produtos originários dos PMDR, Roberto Azevêdo reafirmou a necessidade de encontrar propostas aceitáveis a todos os envolvidos, sem negligenciar, entretanto, a responsabilidade coletiva de garantir um pacote robusto para estes países. (OMC)

OUTROS TEMAS - OMC

Comitê sobre Compras Governamentais:

O Comitê de Compras Governamentais, em sessões informais em outubro de 2013, discutiu a possível entrada em vigor, durante a reunião Ministerial de Bali, do Protocolo que altera o Acordo de Compras Governamentais da OMC, assinado em 1994. Isso deverá ocorrer após o depósito do instrumento de ratificação deste Protocolo por dois terços dos países signatários do acordo. Outras sessões informais foram agendadas para a semana de 18 de novembro. O Brasil não faz parte do Acordo de Compras Governamentais da OMC. Para mais informações, clique [aqui](#).

Comitê de Comércio e Meio Ambiente:

O Comitê de Comércio e Desenvolvimento da OMC publicou, no dia 04 de outubro de 2013, uma matriz com os aspectos comerciais dos principais Acordos Ambientais Multilaterais (AAM) atualmente em vigor no mundo. Dentre os AAMs analisados, destacam-se a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), também no âmbito da ONU. Esse documento, bem como todos aqueles relativos ao comitê de Comércio e Desenvolvimento da OMC, pode ser acessado [aqui](#).

EQUIPE TÉCNICA

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP | Presidente: Paulo Skaf

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREK

Diretor Titular: Roberto Giannetti da Fonseca | Gerente: Magaly M. Menezes

Diretor de Negociações Internacionais: Mario Marconini

Área de Negociações Internacionais e Análise Econômica do Comércio Exterior | Coordenador: José Luiz Pimenta Jr.

Equipe: Antônio Garrido, Fernando Marques, Juliana Pucci, Laura Gonçalves Bilbao, Rafaela Ragazzi e Vinicius Santos.

Endereço: Av. Paulista, 1313, 4º andar – São Paulo/SP – 01311-923 | Telefone: (11) 3549-4615 | Fax: (11) 3549-4730